

A121860

Vitória (ES), quinta-feira
28 de junho de 2007
Editora: **Cintia B. Alves**
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321-8446

A EXPECTATIVA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, RODNEY ROCHA MIRANDA, É REDUZIR EM 20% OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS

Lei Seca: bares de periferia terão que fechar mais cedo

Medida atinge bairros que registram altos índices de homicídios

Bares e restaurantes de áreas violentas vão ter que fechar as portas mais cedo no Estado. O projeto de lei que estabelece a Lei Seca foi enviado ontem pelo governo do Estado à Assembleia Legislativa. A proposta atinge apenas estabelecimentos que vendem bebida alcoólica em áreas com altos índices de crimes contra a vida, começando pela Grande Vitória.

A expectativa, segundo o secretário de Estado da Segu-

rança, Rodney Miranda, é reduzir em, no mínimo, 20% os índices de homicídio nesses locais com a aplicação da lei, que ele espera ver aprovada antes do recesso parlamentar. "Tenho expectativa de que possamos reduzir mais os índices, de acordo com o envolvimento das prefeituras".

Nessas áreas, bares, lanchonetes e outros locais que comercializam bebida alcoólica terão que fechar as portas mais cedo, de acordo com níveis definidos

na lei. No nível I, o local tem que permanecer fechado das 23 às 5h, e no nível II, de 1 às 5h. "O nosso foco será em cima de bares irregulares".

As regiões em que a restrição vai acontecer foi definida de acordo com dados que o governo possui sobre ocorrências de homicídios e tentativas relacionados com bares e consumo de drogas. Dezoito bairros de Vila Velha, Vitória, Serra e Cariacica (confira no quadro abaixo) devem ser os primeiros a participar do projeto.

"Mas ainda temos que dialogar com as comunidades, municípios e poder legislativo para contemplar as

ações", explicou o coronel Oberacy Emerick, do Comando Policial Ostensivo Metropolitano (CPOM).

Quem não cumprir o que prevê a lei pode ser punido com multa e até ter o estabelecimento fechado pela polícia. Além da limitação de horário, a lei também prevê punições para comerciantes que venderem bebida a menores de idade.

Quem quiser prorrogar esse horário e estiver numa Região Especial de Defesa Social (Reds) - como está sendo chamada a área com alto índice de homicídio -, terão que apresentar um projeto de segurança à Secretaria de Segurança Pública (Sesp), que

deverá aprová-lo.

Áreas caracterizadas como de interesse turístico ou cultural poderão ficar livres da Lei Seca, assim como períodos especiais,

como o carnaval, por exemplo. Para fiscalizar o cumprimento da lei, seriam feitas parcerias com prefeituras, instituições públicas ou privadas.

A MULTA

30 mil

Esse é o valor máximo que pode atingir a multa aplicada aos bares e outros estabelecimentos que vendem bebida alcoólica e que não cumprirem o que determina a Lei Seca. O valor mínimo estipulado na lei é de R\$ 3 mil. Quem reincidir, estará sujeito a ter o estabelecimento interditado por 120 dias.

"As mães vão poder dormir tranquilas"

"Muitas mães e muitos pais vão poder dormir mais tranquilos com essa lei. Muitas pessoas vão deixar de morrer no trânsito. E a violência doméstica vai diminuir".

A avaliação é do servidor público municipal Jadilson Luiz Damasceno, 41 anos, que teve um irmão assassinado em um bar de Vitória.

O crime aconteceu no dia 27 de janeiro deste ano. O irmão de Jadilson, José Augusto Graciotti Damascena, o Zezé, 40, foi morto a facadas em um bar em frente ao cemitério de Maruípe.

Zezé era um dos dirigentes

Como é o projeto

A proposta enviada à Assembleia restringe o horário de funcionamento de estabelecimentos que vendam bebida alcoólica em áreas com altos índices de homicídios

Estabelecimentos que terão que se adequar ao novo horário:

- bares;
- restaurantes;
- lanchonetes;
- casas de shows;
- clubes sociais;
- trailers, ambulantes e similares;
- eventos realizados em vias públicas ou ambientes privados

Locais

As áreas de restrição poderão ser bairros inteiros, ou apenas ruas e serão definidas de acordo com o estudo feito pelo governo

Horário

O horário de fechamento será estabelecido em dois níveis:

- **Nível I** das 23h
- **Nível II** de 1h

Confira os bairros escolhidos para a lei seca



Com a palavra, o secretário

Uma medida polêmica, mas necessária diante dos altos índices de homicídio verificados no Estado. Com essa visão, o secretário de Estado da Segurança, Rodney Miranda, defendeu o projeto de lei que estipula a Lei Seca no Estado e que foi encaminhado ontem para a Assembleia Legislativa. A proposta ainda pode ser modificada. Confira o que disse o secretário:

PROJETO

Foi feito nos mesmos padrões do que foi implantado em Pernambuco com bons resultados. O conceito já estava preparado desde quando saí

gir o bairro todo. São áreas. A lei permite que sejam até ruas. A intenção é implantar primeiro na Grande Vitória, que concentra o maior número de homicídios, e depois partir para os grandes centros do interior

SINDICATO

Explicamos ao Sindibares que a lei não é para prejudicar os estabelecimentos. Eles estão favoráveis a salvar vidas. O nosso foco será em cima dos bares irregulares. A Serra fez uma pesquisa e apontou que de 300 bares, apenas 10% tinham alvará

INTERDIÇÃO

no trânsito. E a violência doméstica vai diminuir”.

A avaliação é do servidor público municipal Jadilson Luiz Damasceno, 41 anos, que teve um irmão assassinado em um bar de Vitória.

O crime aconteceu no dia 27 de janeiro deste ano. O irmão de Jadilson, José Augusto Graciotti Damascena, o Zezé, 40, foi morto a facadas em um bar em frente ao cemitério de Maruípe.

Zezé era um dos dirigentes da escola de samba Unidos de Barreiros e conversava com amigos quando um homem, já embriagado, chegou ao local e pediu um cigarro para a vítima.

O diretor recusou e foi assassinado pelo homem, que não conhecia a vítima. O suspeito foi preso dias depois e alegou que saiu de casa irritado por causa de uma discussão com a mulher.

Jadilson afirmou ser favorável à implantação da lei-seca nos bairros maior violentos. “Eu tenho certeza que em seis meses a sociedade já verá resultados dessa medida, principalmente no que diz respeito à violência doméstica”.

- trailers, ambulantes e similares;
- eventos realizados em vias públicas ou ambientes privados

Locais

As áreas de restrição poderão ser bairros inteiros, ou apenas ruas e serão definidas de acordo com o estudo feito pelo governo

Horário

O horário de fechamento será estabelecido em dois níveis:

 Nível I	 Nível II
das 23h às 5h	de 1h às 5h

Prorrogação

Os horários poderão ser prorrogados desde que o estabelecimento faça um projeto de segurança e submeta à aprovação da secretaria de Segurança do Estado

Exceções

Interesse turístico e cultural: dentro das regiões em que houver restrições podem haver áreas livres por serem de interesse turístico ou cultural. Os horários também poderão ser alterados em datas especiais

Lanches: estabelecimentos que só comercializam lanches podem pedir autorização especial para funcionar

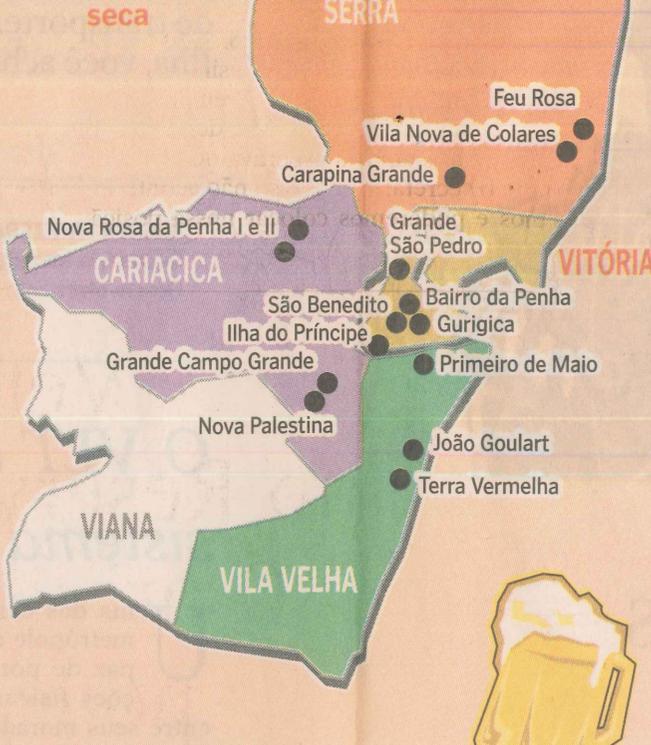
Fiscalização

Serão firmados convênios ou parcerias com prefeituras e instituições públicas ou privadas para realizar fiscalização conjunta

Multas

Os estabelecimentos que não cumprirem a lei poderão ser multados em valores que vão de **R\$ 36 mil a R\$ 30 mil.**

• Se reincidirem, podem ter as portas fechadas por 120 dias



A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

lei que estipula a Lei Seca no Estado e que foi encaminhado ontem para a Assembleia Legislativa. A proposta ainda pode ser modificada. Confira o que disse o secretário:

PROJETO

Foi feito nos mesmos padrões do que foi implantado em Pernambuco com bons resultados. O conceito já estava preparado desde quando saí

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O horário pode ser prorrogado se o estabelecimento apresentar um projeto de segurança, que tem que ser aprovado pela Sesp. Hoje, o único intuito é diversão e lucro. Vamos exigir responsabilidade social desses estabelecimentos. Vão ter que garantir segurança interna, da pessoa e até do estacionamento

RESTRICÇÃO DE DIREITOS

A lei é voltada para preservar vidas. Todas as iniciativas bem-sucedidas de redução de violência têm restrição de direitos de grupos em benefício da coletividade, e também o comprometimento do poder local

LOCAIS

A restrição não precisa atin-

SINDICATO

Explicamos ao Sindibares que a lei não é para prejudicar os estabelecimentos. Eles estão favoráveis a salvar vidas. O nosso foco será em cima dos bares irregulares. A Serra fez uma pesquisa e apontou que de 300 bares, apenas 10% tinham alvará

INTERDIÇÃO

Os que estiverem irregulares, que não atenderem ao que diz a lei, podem ser fechados. Todos vão ter que trabalhar para conseguirmos reduzir esses índices, não adianta ficar só reclamando

POLÊMICA

Polêmica vai haver e estou preparado para ela. Por isso mandamos o projeto para a casa do povo, esperamos que ele seja debatido lá, com audiências públicas. Mas a maioria da população aprova esse tipo de medida

MIGRAÇÃO

Não acredito que vá acontecer, não aconteceu em Pernambuco (referindo-se à saída das pessoas de um local em que os bares fecham cedo para outro ponto sem restrição). Mas se acontecer, faremos mensalmente adaptações, de acordo com os índices de crimes

A favor

CARLOS EDUARDO RIBEIRO LEMOS
Juiz e professor da FDV

“Maioria dos crimes está ligada às drogas”

Sou favorável porque está provado estatisticamente que a maioria dos crimes está ligada ao consumo de drogas, em grande parte às drogas lícitas. Ao mesmo tempo, deveriam ser adotadas algumas medidas junto com a lei seca para que ela tenha eficácia. Em Diadema deu certo porque não foi adotado isoladamente. Lá, eles fecharam os bares, mas abriram áreas de lazer pelo município após as 22 horas, dando opções de lazer para a juventude. Há regiões em que isso não existe. Sou favorável até que isso fosse adotado de forma generalizada, não atingindo apenas bairros com alto índice de homicídio. É uma medida antipática, mas que depois apresenta resultados. Em Diadema, pude conversar com a secretária de Defesa Social e ela contou que o prefeito foi muito criticado, que no início a população rejeitou a medida. Dois anos depois ele acabou sendo reeleito diante dos resultados positivos que a medida acabou trazendo, por causa da redução dos índices de crimes. Nos lugares em que foi adotada, a medida deu certo. Mas acrescento que ela deveria propor ao mesmo tempo aos municípios que criem alternativas de lazer para a população.

Contra

SÉRGIO VELLOZO LUCAS
Psiquiatra especialista em dependência química

“Pessoas honestas vão acabar sendo punidas”

As pessoas estão enfatizando a culpa do álcool e, assim, retirando a culpa de quem comete os crimes. Sem dúvida o álcool exacerba a violência, mas não é ele quem comete os crimes. Da maneira que estão tratando isso, o uso de droga fica parecendo até uma atenuante, quando para mim deveria ser uma agravante. Sem falar que isso é proposto numa sociedade como a nossa que tem imposto suco e serviços como os da Nigéria. Quem tiver intenção de beber para delinquir vai migrar de um lugar para outro até conseguir. Há pessoas que são violentas e matam sem beber também. Está na natureza dessas pessoas. Acho um absurdo cercar o direito das pessoas dessa forma. O mesmo eu disse quando o governo quis proibir a venda em postos nas rodovias. Quem acaba prejudicado, às vezes, é aquele que nem bebe. Dessa forma, penso que vamos acabar dividindo ainda mais a cidade, e as pessoas honestas, que pagam imposto, é que vão acabar sendo punidas. Vamos ter o bairro classe A e o classe B nas cidades. Isso, no final, será uma forma de segregação.

ANÁLISE
André Perreira

“Só lei não é suficiente”

Uma pesquisa feita na imprensa de Pernambuco, onde o secretário de Estado da Segurança Pública, Rodney Miranda, ocupou essa mesma pasta em 2006, mostra que, num primeiro momento, houve queda dos índices de criminalidade, com posterior aumento. Foi quando Rodney resolveu reforçar e ampliar o controle nos bares. O atual governo de Pernambuco decidiu rever a medida, e concluiu que a fiscalização não era bem feita, pois não havia efetivo policial suficiente.

Na afamada Diadema, a Lei Seca foi acompanhada de uma série de outras intervenções. O conjunto de medidas e a mobilização da sociedade é tida como a causa da queda da violência na cidade. Fica a conclusão de que a Lei Seca, sozinha, não é suficiente. Os deputados estaduais deverão discutir o assunto com seriedade, de forma que outras ações possam ser integradas.

André Perreira é doutor em Ciência Política e professor da Ufes